Cabral entrega novo texto da reforma agrária a líderes

BRASÍLIA - O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, começa hoje a buscar no PMDB, nos partidos de esquerda e no Centrão, apoio para seu substitutivo ao capítulo da reforma agrária. A proposta de Cabral mantém o princípio do acordo firmado — e depois rompido — pelas lideranças na quintafeira passada.

A proposta de Cabral estabelece que -ma lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para er o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social, cuja inobservância pero mitirá a desapropriação. O relator trocou apenas a expressão "sob pena de" por "cuja inobservância". Ele acha que é menos restritiva, pois não torna a desapropriação uma espécie de punição à propriedade que não cumpre a função social.

Também o PMDB e o Centrão entregaram à secretaria da Constituinte substitutivos para todo o capítulo da reforma agrária. O PMDB manteve o mesmo texto do acordo de quinta-feira. Conta com importantes adesões, como as do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) e do

deputado Wagner Lago (PMDB-MA). O Centrão retirou do texto qualquer possibilidade de desapropriação de terras produtivas, cumpram ou não sua função

Preferência - Independentemente do número de assinaturas que PMDB e Centrão conseguiram para suas emendas - mais de 300 cada um - a preferência para votação na próxima terca-feira é do texto do relator Bernardo Cabral, Regimentalmente, ele é obrigado a apresentar um substitutivo que resolva os impasses, enquanto os grupos de 280 constituintes têm esse direito facultado.

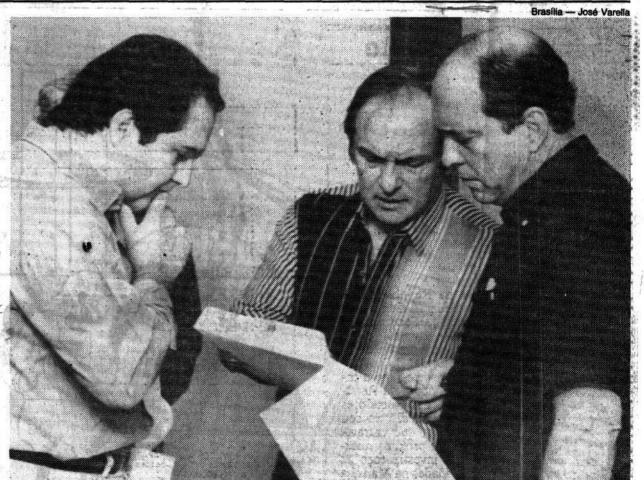
Cabral está confiante na aprovação de seu texto. "Acho que é o melhor para as esquerdas e para o Centrão', disse, após entregar o substitutivo, às 11 h, oito horas antes do prazo. Mas o Centrão e o PMDB não concordam com o relator. "Não aceitammos a desapropriação de terras produtivas de forma alguma. Não cairemos nessa do Cabral", declarou o deputado Rosa Prata (PMDB-MG), um dos líderes do grupo. O deputado Nelson Jobim (RS), vice-líder do PMDB, mostrava-se confiante na aprovação do texto patrocinado pelo partido e pelas esquerdas, dado o número de assinaturas conseguidas para o substitutivo.

As diferenças básicas de cada proposta sobre a reforma agrária:

Bernardo Cabral - Lei ordinária fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social da propriedade. A lei ordinária pode ser aprovada por maioria simples ou por acordo de lideranças.

PMDB e esquerdas — Lei ordinária fixará as normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social da propriedade produtiva. Se o proprietário não cumprir esses requisitos, será penalizado com a desapropriação. Também o PMDB e as esquerdas optaram pela legislação ordinária por ter aprovação facilitada.

Centrão — Lei complementar garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social. Retira do texto qualquer possibili-dade de desapropriação. Para aprovação da lei complementar, exige-se maioria de dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado.



Fábio Sabóia, assessor da UDR, Cabral e Gilson Machado (D) examinam o texto